1 **Ata da Sessão do Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná realizada em 30**
2 **de abril de 2009.**

3 Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e nove, às nove horas, na Sala do Conselho
4 Universitário, reuniu-se o Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná sob a
5 presidência do Magnífico Reitor, Professor Doutor Zaki Akel Sobrinho. Presentes o Vice-Reitor,
6 Professor Doutor Rogério Andrade Mulinari e os Conselheiros Titulares Luiz Vamberto Santana,
7 Sidon Keinert Júnior, Ana Lúcia Tararthuch, Ana Maria Muratori, Sônia Maria Breda, Augusto
8 Brandini Neto, Chisato Oka Fiori, Daniel Ikenaga, Derivan Brito da Silva, Dimas Agostinho da
9 Silva, Heraldo Maciel França Madeira, Ettiène Cordeiro Guérios, Janeslei Aparecida Albuquerque,
10 João Carlos dos Santos Horst Filho, João Vitor Pilon Peixoto, José Marcelo Rocha Aranha, Ligia
11 Eliana Setenareski, Luiz Carlos Baeta Vieira, Madlaine Célia de Lima, Márcio José Fraxino Bindo,
12 Maria Emília Daudt von der Heyde, Maria Tarcisa Silva Bega, Wiliam Alves Barbosa, Milton
13 Carlos Mariotti, Moisés Prates Silveira, Ricardo Marcelo Fonseca, Roberto Ratzke, Roberto Tadeu
14 Raittz, Lúcia Helena Alencastro, Sávio Marcelo Leite Moreira da Silva, Soraya Rosana Torres
15 Kudri, Thiago Vinícius de Almeida da Silva, Valdo José Cavallet, Vanessa Gonçalves Curty, Vânia
16 Mari Salvi Andrzejewski e Vicente Pacheco. Presentes também os Conselheiros Suplentes Edson
17 Aparecido Mitishita, Ângelo Ricardo de Andrade Menegatti, Tibiriçá Krüger Moreira, Lais
18 Murakami, Norma da Luz Ferrarini e Vera Lúcia Israel. Presentes ainda o Pró-Reitor de
19 Administração, Professor Paulo Roberto Rocha Krüger, a Pró-Reitora de Assuntos Estudantis,
20 Professora Rita de Cássia Lopes, a Pró-Reitora de Extensão e Cultura, Professora Elenice Mara
21 Matos Novak, a Pró-Reitora de Graduação, Professora Maria Amélia Sabbag Zainko, a Pró-Reitora
22 de Planejamento, Orçamento e Finanças, Professora Lúcia Regina Assumpção Montanhini, e
23 representando a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, o Senhor Marcos Solivan Camargo. Presente
24 também o Professor Doutor Raul von der Heyde, Coordenador Geral do Núcleo de Concursos.
25 Justificaram suas ausências os Conselheiros Almir Antônio Urbanetz, Eduardo Harder, Eneida
26 Desiree Salgado, Lígia Negri, Vanessa Kava-Cordeiro, Maria Augusta Bolsanello e Verônica
27 Branco. Havendo quórum o Presidente declarou aberta a sessão colocando em análise e votação a
28 ata da sessão realizada no dia nove de abril do corrente, a qual foi aprovada por unanimidade. Nos
29 informes o Presidente iniciou dando posse aos novos representantes do Setor de Ciências da Saúde
30 junto ao CEPE: Professores Milton Carlos Mariotti, como representante titular e Jayme Bordini
31 Junior, como suplente. Ainda na parte dos informes o Presidente registrou reunião ocorrida no
32 Gabinete do Reitor com o Diretor do Setor Litoral, Professor Valdo Cavallet, sobre projetos
33 pedagógicos referentes aquele Setor que deverão ser encaminhados, para deliberação dos Conselhos
34 Superiores. Desta reunião ficou definido com aquela direção o prazo de trinta dias para o envio
35 destes processos. Na sequência o Conselheiro Heraldo Maciel França Madeira solicitou que a
36 comissão criada pelo COUN sobre o IFET e a Escola Técnica fosse convidada a participar do
37 processo de negociação que vem ocorrendo entre representantes destes órgãos e a administração
38 central. O pedido foi acatado. **Ordem do Dia: 01) Processo nº 070968/2009-71 – Proposta do**
39 **Centro de Estudos do Mar de concessão do título de Professor Emérito ao Professor Frederico**
40 **Pereira Brandini.** Comissão: Conselheiros José Marcelo Rocha Aranha, Carlos Estevam Nolf
41 Damiani e João Carlos dos Santos Horst Filho. O Conselheiro José Marcelo Rocha Aranha, leu o
42 parecer da Comissão favorável à concessão do título, lavrado nos seguintes termos: *“Pela análise do*
43 *currículo e pela análise da brilhante carreira desenvolvida pelo professor Dr. Frederico Pereira Brandini*
44 *sou de parecer favorável a concessão do título de Professor Emérito de acordo com a Resolução 50/04-*
45 *COUN”*. Em discussão a Conselheira Chisato Oka Fiori, como Diretora do Setor de Ciências da
46 Terra, parabenizou a comissão pelo parecer, aproveitando para enfatizar as qualidade do Professor
47 Frederico Pereira Brandini e sua trajetória pioneira na criação do Centro de Biologia Marinha, atual

48 Centro de Estudos do Mar. Encerradas as manifestações o parecer da comissão foi colocado em
49 votação sendo o mesmo aprovado por unanimidade. **02) Processo nº 065275/2009-67 – Proposta**
50 **das Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis e de Graduação de alteração da Resolução nº 23/99-**
51 **COUN que dispõe sobre “A Semana de Recepção aos Calouros da UFPR”.** O Conselheiro
52 Ricardo Marcelo Fonseca leu o parecer da Relatora, Conselheira Vera Karam de Chueiri, da
53 seguinte forma apresentado: *“Em 18 de fevereiro de 2009 as pró-reitorias de graduação e assistência*
54 *estudantil encaminham a este conselho universitário proposta de atualização e, conseqüente, alteração da*
55 *resolução 23/99 tendo em vista a necessidade de adequar esta normativa relativa à recepção de calouros às*
56 *recentes experiências empreendidas pela instituição como a descentralização da semana de recepção de*
57 *calouros para os respectivos setores da UFPR. A proposta modifica o art. 1º, caput e parágrafos da*
58 *resolução 23/99 transferindo aos setores e suas respectivas diretorias a competência para o detalhamento*
59 *das atividades da semana de recepção dos calouros. Ainda, estabelece que aos diretores cabe designar os*
60 *membros da comissão setorial encarregada da organização e acompanhamento das atividades programadas*
61 *com o apoio da PRAE e da PROGRAD. Em tal comissão será garantida a representação da direção do*
62 *setor, da coordenação de curso e dos centros ou diretórios acadêmicos. Ainda, mantém a proibição de toda*
63 *e qualquer manifestação de recepção aos calouros pelos veteranos que não seja articulada com a*
64 *programação agora setorial. Retira o prazo de 30 dias para apuração de infração nos termos do que*
65 *estabelece o regimento geral da UFPR deixando-o (o prazo) em aberto. No art. 2º a proposta mantém o*
66 *caput e modifica os parágrafos, retirando a segunda parte do parágrafo 1º, agregando o apoio da PRAE e*
67 *modificando integralmente o parágrafo 2º que fica com a seguinte redação: A UFPR cederá o espaço para a*
68 *manifestação estudantil de recepção festiva aos aprovados no teste seletivo e aos calouros, desde que, as*
69 *atividades ligadas a estes eventos, sejam de caráter educativo/informativo e de integração e tenham sido*
70 *devidamente programadas pelas comissões setoriais responsáveis pela Semana (...). No art. 3º a proposta*
71 *retira o parágrafo único que faz menção a campanha educativa sobre a violência em consonância com a*
72 *cátedra de cultura pela paz. Em 03 de março de 2009 este processo é distribuído para relato, cujo parecer*
73 *segue a baixo: Do parecer: proposta merece ser acolhida na perspectiva da descentralização dos eventos de*
74 *recepção conforme as peculiaridades de cada setor com o apoio da PRAE e PROGRAD. Todavia, ressalvo*
75 *que a manutenção de prazo para apuração de infração disciplinar é a medida mais correta e, neste sentido,*
76 *proponho seja este determinado em 60 dias”.* Em discussão, foi sugerido que no § 2º do art. 2º da
77 proposta fosse incluído que: *“A UFPR cederá o espaço e patrimônio para a manifestação*
78 *estudantil de recepção festiva aos aprovados no teste seletivo e aos calouros”.* A inclusão foi
79 acatada. Encerrando a discussão o Presidente destacou a responsabilização coletiva que deveria
80 haver nas atividades vinculadas a semana de recepção dos calouros, o que já foi observado nas
81 atividades desenvolvidas junto aos novos calouros que ingressaram no ano 2009. Encerradas as
82 manifestações o parecer foi colocado em votação, sendo o mesmo aprovado por maioria de votos
83 (34x02). **03) Processo nº 047104/2008-75 – Recurso de Marcos Leite Silva contra decisão do**
84 **CEPE – jubramento.** Relatores de vista, Conselheiros Roberto Ratzke e Augusto Brandini Neto e
85 relatora original, Conselheira Marineli Joaquim Meier. O Conselheiro Roberto Ratzke exarou
86 parecer *“desfavorável à prorrogação do prazo para conclusão de curso do requerente”.* Em seguida o
87 Conselheiro Augusto Brandini Neto procedeu a leitura de seu parecer favorável a solicitação.
88 Diante da substituição da Conselheira Marineli Joaquim Méier como representante do Setor de
89 Ciências da Saúde junto ao CEPE, seu parecer foi lido pelo Conselheiro Milton Carlos Mariotti.
90 Parecer contrário ao provimento do recurso. Em discussão, o Conselheiro Daniel Ikenaga registrou
91 a existência de fatos novos contidos em documentos que deveriam ser considerados antes do
92 julgamento do processo. Face ao exposto, o Conselheiro Ângelo Ricardo de Andrade Menegatti
93 solicitou vista dos autos. **04) Processo Seletivo da UFPR a partir da reestruturação do ENEM.**
94 O Presidente iniciou fornecendo as últimas notícias sobre a proposta do MEC, com ênfase a
95 manifestação da ANDIFES contendo a necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre o
96 tema. Em seguida o Presidente passou a palavra a Pró-Reitora de Graduação, Professora Maria

97 Amélia Sabbag Zainko, que junto ao Professor Raul von der Heyde elaborou apresentação contendo
98 informações mais detalhadas sobre a proposta apresentada pelo Ministério. Neste momento o
99 Magnífico Reitor justificou a necessidade de ausentar-se temporariamente da sessão, sendo a
100 presidência assumida pelo Vice-Reitor, Professor Rogério Andrade Mulinari. Com a palavra, a Pró-
101 Reitora de Graduação fez uma breve explanação sobre reunião que participou em Brasília com o
102 Professor Raul von der Heyde e com a presença da Secretária de Ensino Superior do MEC,
103 representantes do INEP e das Universidades. Em resumo explicou que foram aprofundadas as
104 discussões sobre a proposta do Ministério da utilização do ENEM em substituição aos processos
105 seletivos das IFES para ingresso nos cursos de graduação. Destacou que tanto da apresentação
106 quanto dos debates, a percepção foi de que muitos pontos da proposta do MEC ainda permaneciam
107 indefinidos, tanto os vinculados a conteúdo como os meios necessários para a operacionalização do
108 sistema. Diante deste novo panorama, a Pró-Reitora manifestou o sentimento de que até
109 Universidades que já haviam aderido a proposta do Ministério começaram a fazer uma nova leitura
110 do processo. Também informou que o prazo dado pelo MEC para a manifestação das IFES foi
111 prorrogado para o dia 19 de maio para uma maior discussão interna das IFES. Finalizando a parte
112 introdutória, a Pró-Reitora de Graduação manifestou o momento rico não só para discutir a proposta
113 do MEC, mas também para uma discussão ampliada sobre as formas de ingresso nas instituições de
114 ensino superior, processo este que poderia ser liderado pela UFPR. Outro ponto colocado na
115 reunião ocorrida em Brasília foi o relacionado a interferência à autonomia universitária diante desta
116 proposta apresentada pelo MEC. Também lembrou, que dentro do processo de discussão interna e
117 conforme anteriormente combinado, foi disponibilizado documento intitulado “Unificação dos
118 Processos Seletivos das IFES a partir da Reestruturação do ENEM” para que os dirigentes
119 promovessem debates nos setores e o envio de sugestões. Junto a esta ampla discussão, também
120 foram convidadas as entidades (APUFPR, SINDITEST e DCE) para participarem do processo. Ato
121 seguinte, a palavra foi dada ao Professor Raul von der Heyde, que, na qualidade de Coordenador
122 Geral do Núcleo de Concursos e participante da reunião com o MEC, apresentou os detalhes da
123 proposta do MEC, em especial sobre algumas definições seguidos dos respectivos esclarecimentos:
124 “Conteúdo – Em construção – INEP, SESU, Comissão de Governança. Língua Estrangeira – Em 2009 não
125 há inglês e espanhol (2010). Correção da redação – Corretores recebem a prova on-line – 2 correções –
126 havendo discrepância: 3ª correção – Impressão – Fechar gráfica até imprimir totalidade das provas. Apoio
127 MEC, PM, PF. Distribuição – Apoio PRF e PF. Aplicação – Não será utilizado detector de metal. 1.600
128 cidades envolvidas. Data Proposta – 03/10/2009 – Horário: 13h às 18h – Ciências Humanas e da Natureza:
129 100 questões. – 04/10/2009 – Horário: Manhã – Linguagens e Redação – duração: 4h – Tarde: Matemática
130 – duração: 2h30min. DIVULGAÇÃO RESULTADOS – 04/12/2009 – Resultado das provas objetivas.
131 08/01/2009 – Resultado final. 11/01/2010 – Inscrições no sistema de seleção unificada. Fevereiro: Relação
132 dos candidatos selecionados”. Em discussão, a Conselheira Norma da Luz Ferrarini procedeu a leitura
133 de documento contendo a posição do Conselho Setorial do Setor de Ciências Humanas, Letras e
134 Artes quanto ao tema: “O Conselho Setorial do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes realizado em
135 28 de abril de 2009, tomou a seguinte posição quanto á adesão ao vestibular unificado: NESTE
136 MOMENTO, A POSIÇÃO É PELA NÃO ADESÃO À PROPOSTA DE UNIFICAÇÃO DOS PROCESSOS
137 SELETIVOS DAS IFES A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO DO ENEM. Além da exigüidade do prazo
138 determinado pelo MEC para as IFES decidirem a adesão ao sistema unificado do processo seletivo para
139 ingresso nas IFES, outros pontos foram abordados no Conselho Setorial ocorrido em 28 de abril de 2009,
140 quando esteve presente a professora Dra. Iara Benquerer Costa, do Núcleo de Concursos, apresentando o
141 documento elaborado pela Comissão da UFPR que está à frente desta discussão. Mérito do MEC ao colocar
142 a discussão do vestibular em pauta, demérito das IFES não anteciparem a discussão. Devemos sim discutir
143 o processo vestibular da UFPR e aprimorá-lo. A proposta inicialmente, pode parecer negativa, mas pode
144 acelerar o estabelecimento de políticas públicas para a educação não só superior, efetivando uma
145 integração entre diferentes níveis do ensino tão necessária para a melhoria da educação, anunciando a

146 concretização de um Sistema Nacional de Educação (posicionamento de apenas alguns conselheiros). Até
147 que ponto importa a opinião do Conselho Setorial diante da sistemática adotada pelo MEC, dada à
148 exigüidade do prazo e os poucos subsídios documentais e de dados disponíveis para fazer uma avaliação do
149 sistema proposto? A falácia está em querer avaliar aquilo que não existe: um sistema de ensino. Não é a
150 melhor forma de fortalecer uma política de integração entre os diferentes níveis de ensino. Mais uma vez a
151 Universidade pública é convocada para resolver, amenizar, solucionar problemas sociais característicos de
152 uma sociedade de classes. Obviamente cabe à Universidade fazer essa discussão e apontar caminhos para
153 transformar essa realidade de acentuadas desigualdades, mas não é possível que a Universidade, por si só,
154 venha a resolver essas problemáticas sociais. O próprio ENEM deve ser avaliado. Neste momento o ENEM
155 tem sido apresentado como um sistema de avaliação eficiente, mas constata-se que a maioria desconhece o
156 próprio processo do ENEM. O processo e o objetivo de seleção para ingresso na Universidade são de
157 naturezas diferentes do objetivo e do processo de avaliação do ENEM. Portanto, atrelar o processo de
158 ingresso na Universidade à avaliação do ENEM implica em fazer uma composição forçada de instâncias e
159 objetivos diferenciados. Qual a qualidade do ENEM? O processo pode vir a reforçar a exclusão e a
160 elitização do alunado, oportunizando àqueles com melhores condições socioeconômicas educacionais virem
161 a ocupar vagas na maioria das IFES brasileiras, até porque são esses que terão melhores condições de se
162 manterem em outras cidades. Qual a política de assessoria estudantil para prover essa prevista mobilidade
163 estudantil? Qual a infraestrutura física, humana e logística para dar conta desse processo? Necessidade de
164 discutir o PROVAR e as políticas afirmativas da UFPR junto com a questão do vestibular unificado. Não há
165 cuidado pedagógico na implantação dessa proposta o que leva a um descuido com a qualidade do ensino
166 superior. Parece cópia de modelos de outros países que pouco tem a ver com a realidade brasileira. Não
167 está se considerando a diversidade brasileira. Contradição entre as diretrizes curriculares que solicitam
168 atender às demandas que caracterizam as diferenças regionais e um vestibular unificado que significa
169 abafar tais diferenças. Questiona-se a articulação da adesão ao sistema unificado de seleção e a
170 contrapartida financeira para a assistência estudantil sem haver clareza de critérios e de previsão
171 orçamentária, além da punição daquelas IFES que por ventura não venham adotar o sistema do vestibular
172 unificado. Questiona-se a perda da autonomia das instituições e dos cursos, na elaboração das provas que
173 têm como objetivo avaliar e valorizar conteúdos necessários para cursar a graduação, respeitando as
174 especificidades. Questiona-se a garantia do sigilo, da isonomia e da segurança na elaboração, confecção,
175 aplicação e correção das provas na proposta do vestibular unificado. Até que ponto favorecerá não só as
176 boas escolas particulares, mas também as regiões onde o ensino público é de melhor qualidade? Prejuízo do
177 ensino médio profissionalizante e favorecimento do ensino médio generalista. A política pública principal
178 deve ser a de investir na Educação Básica e ampliar as vagas e o investimento nas universidades públicas.
179 O que está por detrás desta proposta? Qual o objetivo? Neste momento, a posição é pela não adesão à
180 proposta de unificação dos Processos Seletivos das IFES a partir da Reestruturação do Enem”. Ainda em
181 discussão, o Conselheiro Valdo José Cavallet explicou a complexidade do concurso vestibular da
182 UFPR e a trajetória para alcançarmos o nível de seleção que servia inclusive de modelo para outras
183 instituições. Também lembrou que se o sistema era federativo não poderia ser desconsiderada a
184 autonomia universitária garantida pela Constituição Federal. Como encaminhamento o Conselheiro
185 Valdo José Cavallet sugeriu a criação de um grupo de discussão na UFPR, com a participação de
186 outros segmentos, para um debate profundo sobre esta temática, permitindo que até o dia dezoito
187 de maio o COUN possa manifestar sua posição institucional. O Conselheiro Daniel Ikenaga
188 acompanhou a manifestação do Conselheiro Valdo José Cavallet, complementando com os dados
189 dos últimos anos dos resultados do ENEM. Registrou posição contrária a forma com que a proposta
190 estava sendo conduzida impositivamente pelo MEC, também entendendo oportuno a ampliação
191 desta discussão incluindo o ensino básico e o ensino público. A Conselheira Etienne Cordeiro
192 Guérios entendeu relevante o viés dado pela PROGRAD em relação ao tema, inclusive no que se
193 refere a questão operacional da proposta que parecia estar muito indefinida pelo próprio Ministério.
194 Nesse sentido via que a questão deveria ser tratada com cautela, principalmente no âmbito das
195 questões pedagógicas, uma vez que dependendo do posicionamento adotado, na prática, o mesmo

196 poderia representar prejuízos a avanços já alcançados. Também via como importante a discussão
197 sobre o sistema de acesso ao ensino superior. Finalizando a Conselheira Ettiène Cordeiro Guérios
198 também concordou com a ampliação da discussão envolvendo outras instâncias, sendo que a UFPR
199 deveria protagonizar o debate. A Conselheira Janeslei Aparecida Albuquerque declarou posição
200 favorável a qualquer política que venha a ampliar as formas de acesso ao ensino público,
201 considerando que nas atuais circunstâncias o ensino superior no Brasil era um privilégio para
202 poucos. No seu entender o tecnicismo e a mercantilização da educação no Brasil estão impregnados
203 no sistema, observando o formato da prova do ENEM muito melhor que vários vestibulares. Em
204 seguida a Pró-Reitora de Graduação registrou que a UFPR vinha tentando uma aproximação com o
205 ensino médio e o ensino fundamental, no sentido da constituição de um sistema nacional de
206 educação. Também registrou que do que vinha acompanhando até o presente momento não
207 concordava com a posição de simplificar o exame do ENEM como uma forma de acesso mais
208 democrática. A Conselheira Maria Emilia Daudt von der Heyde, enquanto representante do Setor de
209 Ciências da Saúde, registrou posicionamento do Conselho Setorial daquele Setor contrário a adesão
210 da proposta na forma encaminhada pelo MEC. O Conselheiro Heraldo Maciel França Madeira
211 sugeriu que a Universidade criasse um *link* contendo todos os documentos relativos ao tema,
212 inclusive disponibilizando programa de computação por ele idealizado onde os participantes
213 poderiam debater assuntos por via eletrônica. O Presidente concordou com a idéia solicitando ao
214 conselheiro Heraldo Maciel França Madeira passar detalhes à Pró-Reitora de Graduação. O Vice-
215 Presidente manifestou a compreensão de identificar um rico momento para que a Universidade se
216 envolva com o ensino básico. Também via que na proposta encaminhada pelo MEC, aspectos
217 regionais não poderiam ser desconsiderados, entendendo também importante ouvir as contribuições
218 para, ao final, verificassem como a UFPR iria sinalizar suas ações para o Ministério. Encerrando a
219 discussão, o Presidente fez um breve histórico de como a proposta foi sendo apresentada pelo MEC.
220 Inicialmente em uma reunião do Ministro com os Reitores, este sinalizou que estudos estavam
221 sendo realizados visando mudanças gerais no concurso vestibular. Num segundo momento, na
222 inauguração da nova sede da ANDIFES, o Ministro anunciou que o MEC já havia constituído uma
223 proposta a qual seria em breve colocada em pauta. Na seqüência, o Ministro apresentou em uma
224 reunião da ANDIFES a proposta de unificação dos processos seletivos das IFES a partir da
225 reestruturação do ENEM, como um plano piloto a ser aplicado em algumas IFES visando sua
226 ampliação a partir de 2010. Em seguida, o Presidente observou que o Ministro se deu conta que a
227 questão era muito mais complexa envolvendo várias dificuldades inclusive do ponto de vista
228 operacional. Em relação a ANDIFES, já havia uma posição bastante cautelosa sobre o assunto,
229 expressada em documento disponibilizado aos conselheiros. Diante ao exposto e considerando o
230 prazo adicional dado pelo MEC para o pronunciamento das Universidades, o Presidente sugeriu a
231 criação de uma comissão do COUN para promover fóruns e reuniões públicas visando amplo
232 debate com a comunidade e outros segmentos, englobando a Secretaria Municipal e Estadual de
233 Educação, as entidades e demais interessados. Havendo consenso em torno da proposta, a comissão
234 ficou assim constituída: presidente: Professora Maria Amélia Sabbag Zainko; membros: Ettiène
235 Cordeiro Guérios (suplente – Clara Brener Mindal), Norma da Luz Ferrarini (suplente – Maria
236 Tarcisa Silva Bega), Valdo José Cavallet (suplente – Vera Lúcia Israel), Vanessa Curty (suplente –
237 Roberto Raittz), Lais Murakami (suplente – Ligia Eliana Setenareski), Daniel Ikenaga (suplente –
238 Augusto Brandini Neto), Janeslei Aparecida Albuquerque (suplente – Maria Madalena Ames) e
239 Raul von der Heyde. Encerrada a pauta e nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a
240 presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual eu, Dionei José da Silva, Secretário, lavrei
241 a presente ata.